

Ministério de Minas e Energia**Assessoria de Comunicação Social - ASCOM****Sumário**

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Leilão de petróleo deve ter regra temporária	2
Título: Encargo na conta de luz será menor.....	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Petrobras ignora regra de conteúdo local e contrata empresa chinesa	4
Título: Acordo está próximo e deve dar alívio para a Odebrecht	6
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	7
Título: Leilão de petróleo vai exigir menos conteúdo local	7
Título: Custo de subsídios diminui e conta de luz vai cair 2,03%	8
Título: EUA definem monitores de atividades da Braskem	9
Título: Exportações de janeiro crescem com a ajuda das commodities	10
VEÍCULO: Correio Braziliense	11
Título: Conta de energia cai, mas consumidor pode não sentir	11
VEÍCULO: Valor Econômico	13
Título: Redução de encargos deve aliviar tarifa de energia em 2017	13
Título: BNDES vai apoiar PPPs de iluminação pública nos municípios.....	14
Título: “Temer participou de reunião para nomeações na Petrobras”	15
Título: Coragem para mudar	17
Título: Carta do Leitor	19
Título: Curtas	20
Título: Destaques	20
Título: CSN e Vale vão assumir dragagem de Itaguaí.....	20
Título: CVM absolve União em caso envolvendo Petrobras	22
Título: Statoil foca no campo Peregrino.....	23
Título: Balanço da Rio Tinto deve mostrar retomada das mineradoras	24
Título: BBCE prevê dobrar movimentação de contratos financeiros em 2017.....	26

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Danilo Fariello****Título: Leilão de petróleo deve ter regra temporária**

Com pressa, governo estuda usar norma flexível de conteúdo local na 14ª Rodada

A revisão das regras do conteúdo local (proporção de investimentos nacionais exigidos) para novos campos de petróleo será afetada pela pressa do governo em promover leilões de novas áreas. Como o governo não chegou a uma posição definitiva sobre o tema e a intenção é promover a 14ª Rodada em setembro, com normas que ainda deverão ir a consulta pública, para o edital ser divulgado até meados de junho, deverá ser adotada, nessa edição, uma regra temporária mais flexível. Essa regra não deve implicar complexidade excessiva na análise pelos operadores interessados, entre os quais muitos estrangeiros.

Na prática, a transição favorece as petroleiras, que pediam exigências mais globais, no lugar da indústria fornecedora, que pede discriminação do conteúdo local por setores e itens. A reforma do conteúdo local vem sendo discutida desde o início do ano passado. Envolve o aperfeiçoamento das regras, que preveem quase 70 itens com percentuais específicos e que acabam implicando problemas burocráticos e multas elevadas aplicadas às petroleiras. Essas exigências podem cair a dois ou três segmentos na 14ª Rodada, por falta de tempo para se criar algo mais elaborado que seja compreendido e internalizado pelas empresas interessadas no leilão, explicou uma autoridade envolvida na discussão.

NORMA DE COMPENSAÇÃO

Segundo outra fonte do governo, essas regras tendem a ser estabelecidas da maneira mais simples possível, como, por exemplo, um tipo de exigência para a fase de exploração do campo (até a definição de que ele seja ou não viável comercialmente) e outro para a fase de produção, quando ocorre a extração do óleo de fato. A tendência é que o nível de exigência da primeira fase seja menor do que o da segunda. O governo avalia, ainda, a possibilidade de que sejam compensados, na fase de produção, eventuais déficits de conteúdo local na exploração. Mas, como isso pode ser um fator de mais complexidade na definição da regra, é provável que a previsão seja descartada por ora, e a discussão, retomada mais para frente.

Os ministérios da Fazenda, de Minas e Energia, além da Casa Civil, temem que uma mudança mais complexa das regras possa contaminar o ambiente entre as petroleiras. Por isso, estão tratando a regra para a 14ª Rodada como uma

transição, que deve ser revista. Há quatro leilões previstos neste ano, inclusive um de áreas do pré-sal em dezembro, que poderá resultar em arrecadação de bônus para o Tesouro Nacional. — Agora, tem de ser mais global, porque não dá tempo de mudar muita coisa — disse uma autoridade envolvida no debate. O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic) defende uma segmentação maior, em linha com a posição de setores da indústria e de trabalhadores. Independentemente da decisão, o governo deverá promover, via Mdic e Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, um levantamento da capacidade da indústria brasileira em fornecer para o setor.

O Programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural (Pedefor) foi criado há mais de um ano, liderado pelo Mdic, envolvendo representantes da Casa Civil, da Presidência, diversos ministérios, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), BNDES e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). O governo Temer, porém, retomou o debate desde a concepção original do conteúdo local e entende que esse grupo do Pedefor, iniciado ainda no governo Dilma Rousseff, não deveria ter representantes técnicos com voto, como ANP, BNDES e Finep, mas apenas ministérios. Para parte do governo, a política tem de partir sempre do Executivo.

O programa deveria ter tido seu resultado final na segunda-feira, mas a reunião foi prorrogada. No entanto, o martelo dentro do governo ainda não está batido, e a posição final sobre os itens e percentuais de conteúdo local exigidos na 14ª Rodada deverão ser decididas pelo Palácio do Planalto junto com os ministérios. Uma nova reunião para continuar o debate sobre conteúdo local foi marcada para o próximo dia 16.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Danilo Fariello

Título: Encargo na conta de luz será menor

Com indenização e interligação com Norte, tarifa tende a subir 2,03% menos

O consumidor deve ter um alívio na conta de luz. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) definiu ontem o orçamento de 2017 de um dos principais componentes da tarifa de energia: a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Trata-se de um encargo embutido no preço, usado para promover a universalização do serviço de energia no país, conceder descontos para baixa renda e área rural e pagar indenizações de concessões, entre outros. A CDE deste ano foi definida em R\$ 13,9 bilhões, menos que os R\$ 18,4 bilhões de 2016. Com um encargo menor, na média do país, as tarifas tendem a subir 2,03% menos do

que se o valor da CDE tivesse sido mantido. Nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, o impacto sobre a alta pode chegar a 2,7%. Para o Norte e Nordeste, a pressão de baixa da tarifa seria de só 0,35%. Outros fatores, porém, interferem no valor efetivamente cobrado pelas distribuidoras.

Em razão da nova Lei 13.360, do ano passado, a partir de 2017, o impacto da CDE será diferenciado por nível de atendimento e por subsistema, com redução maior para os consumidores das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste atendidos em alta tensão, e menor para os consumidores das regiões Norte e Nordeste em baixa tensão, explicou André Pepitone, relator do tema na reunião da diretoria colegiada que aprovou o orçamento da CDE. A CDE serve, por exemplo, para pagar a Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) de térmicas na região Norte e carvão mineral para outras usinas na região Sul.

O diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, disse que a agência tem em curso outros processos que podem levar a uma redução maior de incentivos. A discussão envolve bilhões pagos pelas contas desde 2009. — Quando concluirmos o processo, vamos ou fazer retificação (na conta) em 2017, ou para o ano seguinte — disse Rufino. Neste ano, contudo, a CDE já caiu, devido a uma devolução de indenizações pagas a mais pelos consumidores de energia elétrica à Eletrobras. Essa conta foi de pelo menos R\$ 951 milhões, mas pode subir, conforme a data neste ano em que a devolução for efetivamente paga.

AMPLIAÇÃO DO MERCADO LIVRE

Segundo a Aneel, a redução do orçamento em 2017 ocorreu, principalmente, pela diminuição de despesas em alguns itens como, por exemplo, a CCC, e em razão da devolução de indenização de concessões. A CCC cai pela diminuição de uso de térmicas na Região Norte depois que ela foi interligada ao país por linhas de transmissão. No segundo caso, parte das indenizações prometidas já foi paga em anos anteriores. A Aneel também aprovou ontem uma simplificação de normas do mercado livre que, segundo a Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel) vai estimular a migração de 8 mil empresas para esse ambiente em dois anos. Isso porque deverá ser reduzido o custo médio de R\$ 33 mil para as empresas se adequarem aos sistemas de medição e faturamento, que foram alterados, segundo a associação.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Lucas Vettorazzo / Nicola Pamplona

Título: Petrobras ignora regra de conteúdo local e contrata empresa chinesa

Em meio às discussões sobre a revisão da política de conteúdo local para o setor de petróleo, a Petrobras decidiu contratar na China os sistemas de ancoragem para as plataformas da cessão onerosa do pré-sal, que envolve o conjunto de campos concedidos pelo governo em 2010 em troca de ações da estatal.

A concorrente brasileira Brasil Amarras entrou na Justiça na segunda (6) para tentar reverter o resultado da licitação, realizada em janeiro e vencida pela chinesa Jiangsu Asian Star Anchor Chain (Asac). A acusação é que a vencedora praticou preços abaixo dos de mercado.

O contrato, no valor de US\$ 50 milhões, compreende o fornecimento de correntes de aço usadas para a ancoragem de seis navios-plataforma. Segundo o contrato da cessão onerosa, esse segmento precisa cumprir percentual mínimo de 65% de conteúdo local.

A Asac foi declarada vencedora ao apresentar preço de US\$ 1,57 por tonelada do produto, incluindo o frete. Segundo a Folha apurou, todo o seu produto será importado.

Única empresa nacional do ramo, a Brasil Amarras apresentou proposta mais cara, de US\$ 1,86. Em recurso apresentado à comissão de licitação, ela argumenta que, em seu balanço de 2015, a chinesa informou que o custo de produção era de US\$ 1,45.

Em setembro de 2015, a Asac ofereceu em licitação com a Petrobras o preço de US\$ 1,96 por tonelada.

Diante da negativa do recurso, a Brasil Amarras entrou com pedido de liminar na Justiça Federal do Rio para anular o resultado da licitação.

Na carta-convite, a Petrobras menciona que as empresas terão de informar o conteúdo local máximo para o projeto, e não o mínimo, como prevê a regra vigente.

Em caso de descumprimento do conteúdo local mínimo, a ANP (Agência Nacional do Petróleo) pode auferir multas. Mas isso só ocorre ao final do contrato. As primeiras amarras contratadas na licitação só estarão em atividade a partir de 2018.

Pessoas ligadas ao setor citam duas hipóteses para a Petrobras aceitar preços muito abaixo dos de mercado: estaria contando ou com a multa da ANP ou com que, na mudança das regras, o percentual seria reduzido ou extinto.

Em comunicado às empresas que disputaram a licitação, a comissão de licitação negou que estivesse considerando a multa no cálculo de custos do projeto.

Atualmente, o governo discute os termos de uma nova política de conteúdo local, processo que opõe as petroleiras que operam no país a fabricantes nacionais.

As petroleiras defendem que os compromissos de conteúdo local sejam avaliados de forma global, incluindo todos os gastos de cada projeto. Já a indústria quer a manutenção da exigência de uma lista de equipamentos que precisem ter conteúdo local.

OUTRO LADO

Procurada, a Petrobras disse não comentar licitações em curso. Afirmou apenas que "é a favor de política de conteúdo local e de um modelo que premie inovação, produção com qualidade, custos prazos adequados e parcerias".

"Entendemos que o melhor seria uma política orientada para que, futuramente, os fornecedores brasileiros possam concorrer em igualdade de condições com seus rivais de outros países", diz a empresa.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Raquel Landim

Título: Acordo está próximo e deve dar alívio para a Odebrecht

A Odebrecht está perto de finalizar a reestruturação da dívida de US\$ 4 bilhões (R\$ 12,5 bilhões) da Odebrecht Óleo e Gás (de plataformas de petróleo) dizem executivos envolvidos no processo.

Essa renegociação é fundamental para que o grupo afaste o risco de insolvência provocado pela Lava Jato.

Em junho de 2016, dado consolidado mais recente, a Odebrecht S.A. tinha R\$ 17,5 bilhões em caixa, insuficientes para honrar os R\$ 23,8 bilhões que venciam nos próximos 12 meses.

Esses números são sigilosos e estão disponíveis apenas para os detentores de títulos, porque o grupo não tem capital aberto. Os dados de dezembro não foram fechados.

Parte da dívida de curto prazo foi solucionada ainda no ano passado quando a Odebrecht Agroindustrial conseguiu um prazo de 13 anos para pagar R\$ 8 bilhões aos bancos credores.

Se a discussão com os detentores de títulos da empresa de petróleo também for bem-sucedida, a Odebrecht estima que a dívida de curto prazo será reduzida em 62%.

Ainda restará um imbróglio importante na Odebrecht Realizações Imobiliárias e na Odebrecht Transport. O grupo, no entanto, não acredita ser necessário reestruturar a dívida dessas empresas

Na Odebrecht Transport, que atua com concessões de infraestrutura, a expectativa é que o BNDES libere os financiamentos de longo prazo para as obras.

Também está sendo negociada uma solução para a empresa com os sócios BNDESPar e FI-FGTS, que pode representar mudanças no controle da companhia.

O grupo Odebrecht tenta ainda se desfazer de ativos para se livrar de dívidas e trazer dinheiro novo. A venda da Odebrecht Ambiental já foi acertada com a canadense Brookfield, mas ainda está pendente dos detalhes finais.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes

Título: Leilão de petróleo vai exigir menos conteúdo local

Governo define amanhã regras da 14ª rodada de licitações, com áreas de pré-sal e pós-sal; aquisição de equipamentos não será mais critério

O governo quer definir amanhã a política de conteúdo local que será usada em dois leilões de áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural que acontecerão neste ano – um de pré-sal e outro de pós-sal, a 14.ª Rodada de Licitações. Segundo fontes do Planalto, é certo que o compromisso de adquirir volumes mínimos de equipamentos e serviços no Brasil não vai mais ser considerado como critério para definir os vencedores das concorrências, inclusive pelas grandes áreas de pré-sal.

A ideia é impor, para cada área leiloadas, um percentual de conteúdo local, que deve ser inferior aos adotados até então. O governo parte da premissa de que grandes petroleiras não virão para o Brasil se forem obrigadas a gastar 40% mais nos projetos do que gastariam se fossem livres para recorrer a fornecedores estrangeiros, como ocorre em outros países.

Essa é a diferença média entre quanto as empresas estimam gastar nos projetos licitados durante os governos petistas e quanto gastariam se, em vez de comprar no Brasil, adquirissem os bens no exterior, segundo fonte. A indústria nacional

criou o movimento Produz Brasil, com sete federações industriais e sete segmentos produtores para defender o conteúdo local. “O governo quer alavancar setores e trazer investimento.

O setor de petróleo é uma oportunidade se alguns de nós forem destravados. Mas, nesse contexto, as petroleiras estão querendo acabar com o conteúdo local, jogando fora o trabalho de atração de grandes fornecedores para o Brasil”, afirmou o diretor de Competitividade da Fiesp, José Ricardo Roriz Coelho. A opinião dos executivos é que o Ministério de Minas e Energia trabalha a favor das petroleiras, enquanto o Ministério da Indústria e Comércio Exterior milita pela indústria fornecedora nacional.

Cada ministério tem direito a um voto nos encontros do Programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural (Pedefor), no qual será definida a política de conteúdo local do governo do presidente Michel Temer.

Os empresários propõem que o conteúdo local seja dividido em cinco segmentos – serviços, infraestrutura, máquinas e equipamentos, sistemas e engenharia de projetos. Assim, esperam combater a ideia que vem ganhando espaço nas reuniões do Pedefor, de adoção de conteúdo local global, sem divisão por itens que, segundo os executivos, daria espaço para as petroleiras atingirem a meta de aquisição local apenas com a contratação de mão de obra e de equipamentos submarinos, considerados competitivos em relação aos vendidos em outros países.

O Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), que reúne petroleiras, disse em nota que, apesar de sempre ter defendido o conteúdo local, os fatos mostram que as normas atuais são complexas e desestimularam investimentos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth e André Borges

Título: Custo de subsídios diminui e conta de luz vai cair 2,03%

A conta de luz vai cair, em média, 2,03% neste ano, por causa da redução de pagamentos de subsídios do setor elétrico. As subvenções incluídas na tarifa de energia serão de R\$ 13,904 bilhões – no ano passado elas somaram R\$ 18,291 bilhões. Desse total, o consumidor terá de pagar R\$ 11,9 bilhões, que serão repassados para a conta de luz.

A queda contrariou as previsões de aumento da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), que alertou para um impacto de até 6% no preço da energia em 2017, em razão de cobranças que, segundo a associação, são irregulares e foram incluídas no orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Trata-se de encargo cobrado mensalmente da população e das empresas para bancar custos de universalização de energia, subsidiar programas sociais do setor e financiar as indenizações das concessões elétricas, entre outras funções. Embora a conta de subsídios seja grande, ela ficou menor que a do ano passado. Além disso, as receitas da CDE aumentaram em relação a 2016. Por isso, a arrecadação necessária para cobrir o orçamento será menor.

Pelos cálculos da Aneel, os consumidores do Sul, Sudeste e Centro-Oeste terão queda maior, de 2,70%. Isso acontece porque a divisão da conta entre as regiões é desigual e esses clientes pagam 4,53 vezes mais que os do Norte e Nordeste. Nessas duas regiões, a redução será de 0,35%. O diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, reiterou que a política de subsídios ao setor deve ser revista neste ano. A intenção é reduzir o tamanho da conta.

“Todo o esforço que está sendo feito, pelo governo e pela Aneel, é para revisitar esse tema e rediscutir essa política de subsídios do setor elétrico. Isso deve gerar uma racionalização e uma melhoria”, afirmou. A CDE também arrecada recursos que permitem descontos a grupos de interesse, de famílias de baixa renda a setores como agricultura de irrigação. Neste ano, o valor para esses grupos será de R\$ 6,176 bilhões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Josette Goulart

Título: EUA definem monitores de atividades da Braskem

Dois advogados – o americano Guy Singer e a brasileira Isabel Franco – terão função de evitar novos casos de corrupção

O Departamento de Justiça americano já acertou com a Braskem – petroquímica que tem entre seus sócios Petrobrás e Odebrecht – os nomes dos monitores que vão fiscalizar a empresa pelos próximos três anos, para evitar novos casos de corrupção. O advogado americano Guy Singer e a advogada brasileira Isabel Franco vão assumir as funções. Singer é especializado em crimes do colarinho branco e é sócio do escritório Orrick, com sede em Nova York. Ele já foi procurador na seção criminal do Departamento de Justiça (DoJ) – justamente a área que cuida dos processos anticorrupção. Já Isabel Franco, sócia do escritório

KL A, é especializada em investigações empresariais e na área de compliance, que define regras para atuação de funcionários de uma empresa para garantir ética nos negócios.

A advogada tem experiência no cargo, pois já foi auxiliar de monitores externos de multinacionais que atuam no Brasil. Segundo advogados especializados em negociações com o DoJ, a escolha de dois monitores é uma novidade trazida pelos casos da Braskem e Odebrecht. Isso ocorreu porque o Ministério Público Federal do Brasil fechou os acordos com as empresas em conjunto com as autoridades americanas. Ainda não está claro como será a atuação dos escolhidos, mas a expectativa é que eles trabalhem em conjunto. Além de se submeter ao monitoramento por três anos, a Braskem concordou em pagar multa de R\$ 3 bilhões às autoridades americanas e brasileiras. Segundo o acordo divulgado pelo DoJ, a empresa teria pago US\$ 250 milhões em propinas entre 2006 e 2014.

A petroquímica pagou para ter preços mais baratos da Nafta, sua principal matéria-prima, fornecida pela Petrobrás. Além disso, formou caixa 2 para pagamentos e tentou influenciar textos de medidas provisórias com a meta de obter vantagens. O papel dos monitores é garantir que as práticas ilícitas cesssem e que a empresa implante um sistema rígido para evitar novos casos. Além disso, os profissionais devem reportar qualquer novo indício de corrupção. Antes mesmo da entrada dos monitores, a Braskem já havia tomado algumas medidas para coibir malfeitos, como a criação de uma área de compliance que se reportará diretamente ao conselho de administração.

Também ampliou o número de conselheiros independentes. Reputação. Alguns advogados defendem que os monitores podem ajudar a Braskem a obter uma chancela para “limpar” seu nome na praça. Isso poderia facilitar até uma venda da empresa, o que traria alívio à Odebrecht, uma de suas principais acionistas, que está em dificuldades financeiras. A Odebrecht já fechou acordo com o Departamento de Justiça americano, enquanto a Petrobrás tenta ainda convencer as autoridades do país de que foi vítima de ex-funcionários indicados por motivos políticos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Editorial

Autor:

Título: Exportações de janeiro crescem com a ajuda das commodities

O ano começou bem para o comércio exterior graças ao aumento das cotações de commodities agrícolas e metálicas. Soja, minério de ferro, petróleo bruto, carnes, café e açúcar destacaram-se entre os produtos cujas exportações mais cresceram em janeiro, favorecendo a balança comercial num período

sazonalmente fraco. Daí o superávit de US\$ 2,7 bilhões no mês passado, quase três vezes superior ao de janeiro de 2016 e acima das expectativas de mercado. Comparadas a janeiro de 2016, as exportações de US\$ 14,9 bilhões cresceram 32,7%, e as importações, quase US\$ 12,2 bilhões (+18,3%). Pelo critério de médias diárias, as altas foram menores (20,6% e 7,3%).

Embora as exportações pesem pouco no Produto Interno Bruto (PIB), o governo quer estimulá-las. A Receita Federal anunciou que as empresas exportadoras poderão usar créditos tributários para quitar débitos com a Previdência Social, com base no último programa de refinanciamento de dívidas. Pode ser uma ajuda valiosa para exportadores, em especial os de manufaturados, cujo mercado é muito disputado. Favorece, ainda, a rentabilidade das exportações, que segundo a Fundação Centro de Comércio Exterior (Funcex) caiu 8,2% em 2016, em razão do aumento de 7,5% no custo da produção e do declínio de 6,2% nos preços dos produtos exportados. Em 2016, com exportações de US\$ 185 bilhões, importações de US\$ 137 bilhões e uma corrente de comércio (soma de exportações e importações) de US\$ 322 bilhões, o Brasil se manteve como um dos países mais fechados do mundo.

E nada indica que essa situação possa mudar muito neste ano. Os avanços de janeiro permitiram apenas uma ligeira melhora na corrente de comércio, que atingiu US\$ 328,3 bilhões, 1,7% mais do que em 2016. Entre 2011, melhor ano para o comércio exterior, e 2016, a corrente de comércio caiu 33%. E o Brasil continua muito dependente das exportações de itens básicos e de semimanufaturados, com crescimentos de 30% e de 27,5% entre janeiro de 2016 e janeiro de 2017. As vendas de manufaturados aumentaram apenas 7,4%. A melhor notícia é a melhora da demanda chinesa, com peso de 20,3% nas exportações de janeiro, ante 14,1% em janeiro de 2016.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor:

Título: Conta de energia cai, mas consumidor pode não sentir

A conta de energia vai cair 2,03%, em média, este ano. O impacto será sentido de acordo com a data de reajuste anual de cada distribuidora, sendo que a da CEB, que abastece o Distrito Federal, é em agosto. Ontem a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou o orçamento de 2017 da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e o valor ficou em R\$ 13,9 bilhões, 24% menor do que em 2016, quando foi de R\$ 18,4 bilhões. A CDE engloba encargos do setor elétrico cobrados das empresas e repassados nas tarifas. Do total, R\$ 11,9 bilhões serão pagos pelos consumidores.

Conforme o diretor da Aneel André Pepitone da Nóbrega, relator do processo, a queda ocorreu, principalmente, por conta da diminuição de despesas da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) — que abastece usinas termelétricas dos sistemas isolados no norte do país — e da devolução, pela Eletrobras, de valores pagos a mais na indenização de concessões. A estatal terá de pagar R\$ 951 milhões em seis parcelas mensais a partir de julho.

Pelos cálculos da agência reguladora, os consumidores do Sul, Sudeste e Centro-Oeste terão queda maior, de 2,70%, porque, na divisão desigual das cotas da CDE, pagam 4,5 vezes mais do que os do Norte e Nordeste, onde o corte será de 0,35%. Na média, a redução no Sistema Interligado Nacional (SIN) é de 2,03%. A CDE banca a universalização de energia, subsidia programas sociais, com descontos para famílias de baixa renda, agricultura e irrigação, e financia indenizações das concessões elétricas.

Na opinião do presidente da Associação Brasileira das Companhias de Energia Elétrica (ABCE), Alexei Vivan, a medida anunciada pela Aneel não significa, necessariamente, redução na conta dos consumidores. “No reajuste anual, há cálculo da inflação. Então, nas distribuidoras autorizadas a promover aumento nas tarifas, haverá um alívio de 2%. Nas que tiverem reajuste negativo, a queda será maior”, explicou.

Mercado livre

A Aneel também aprovou ontem regulamento relativo ao Sistema de Medição para Faturamento. Na prática, isso vai garantir menos burocracia e custos menores para migrar ao mercado livre de energia elétrica, segundo a Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel). O presidente da entidade, Reginaldo Medeiros, estima que a mudança vai incentivar a migração de 8 mil consumidores de alta tensão.

“A medida vai permitir que a indústria e o varejo tenham acesso a energia mais barata. No mercado livre, a economia fica entre 20% e 30% nas contas de luz”, afirmou. Segundo ele, até agora as empresas interessadas na troca tinham de gastar mais de R\$ 30 mil apenas para adequar o sistema de medição da energia às especificações da distribuidora. “Vai beneficiar sobretudo grandes consumidores, como shopping centers, por exemplo, cujas faturas mensais são acima de R\$ 70 mil”, destacou.

Medeiros disse que a migração dos grupos autorizados pela resolução da Aneel pode ser imediata. “A Abraceel defende a abertura total do mercado de energia, inclusive para consumidores residenciais. Mas já é um começo”, comemorou.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Rafael Bitencourt e Camila Maia****Título: Redução de encargos deve aliviar tarifa de energia em 2017**

Os consumidores vão arcar em 2017 com um valor menor na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) - encargo setorial reateado por todos os consumidores e que financia vários subsídios sociais do setor, como programas de universalização de acesso energia. Com isso, segundo cálculos da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), as tarifas de energia terão redução média de 2,03% em todo o país, ajudando a conter a inflação.

A diretoria da Aneel aprovou ontem orçamento de R\$ 13,9 bilhões para a CDE. Desse total, R\$ 11,9 bilhões serão pagos pelos consumidores por meio da tarifa. O novo montante representa queda de 24% ante os R\$ 18,2 bilhões financiados pela CDE em 2016. O custo arcado pelos consumidores somou R\$ 15,325 bilhões no ano passado.

O efeito de redução das tarifas será processado, ao longo do ano, nos reajustes aprovados para as distribuidoras. A previsão de queda no custo da energia vai repercutir no país de maneira diferente. Nas regiões Norte e Nordeste, a redução deve ficar em apenas 0,35%. Nos subsistemas Sul e Sudeste/Centro-Oeste, a variação negativa será maior, de 2,70%.

Como o orçamento do encargo setorial é sempre finalizado em janeiro e as revisões tarifárias são feitas ao longo do ano, muitas distribuidoras seguem cobrando tarifas calculadas com base no total de R\$ 15,325 bilhões. Por isso, a Aneel prevê a redução das tarifas nos próximos reajustes.

"Em 2016, havia uma expectativa maior de despacho das termelétricas, o que acabou não acontecendo", disse Ricardo Savoia, diretor de Regulação da Thymos Energia. Dessa forma, a Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), um dos componentes da CDE, sofreu redução neste ano, favorecendo o orçamento menor.

A Thymos prevê queda média de 2,5% nas tarifas no primeiro semestre do ano. A redução deve ser mais acentuada no Sudeste, com queda na faixa de 8,75%. Segundo Savoia, a redução, além de refletir a redução nos encargos setoriais e subsídios, também será resultado da reversão da conta de valores da Parcela A (CVA) das distribuidoras em benefício dos consumidores.

Para Edvaldo Santana, presidente da Abrace, associação que representa grandes consumidores de energia, a redução dos encargos setoriais deste ano não foi suficiente, mas demonstrou um avanço. "As sinalizações são boas. Percebemos

que há um empenho da diretoria da Aneel em resolver os problemas com bastante cuidado", disse, completando ser importante haver uma redução dos subsídios pagos via tarifa de energia.

O maior gasto programado na CDE em 2017, de R\$ 6 bilhões, está atrelado aos descontos tarifários concedidos a diferentes perfis de consumo. A segunda maior despesa do orçamento é a CCC - que cobre os custos de funcionamento das termelétricas em operação nos sistemas isolados -, que será de R\$ 3,9 bilhões, redução de R\$ 2,3 bilhões ante 2016.

A principal fonte de receita da CDE é via tarifa. Também ajudarão a cobrir os custos o saldo em conta remanescente de 2016 (R\$ 714 milhões), pagamentos de outorgas (R\$ 668 milhões), recolhimentos feitos pela Reserva Global de Reversão (R\$ 260 milhões) e multas aplicadas pela Aneel (R\$ R\$ 176 milhões).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Carro

Título: BNDES vai apoiar PPPs de iluminação pública nos municípios

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançou uma nova frente do seu programa de desestatização, dessa vez voltada para os municípios. Representantes do banco estiveram reunidos ontem com prefeitos e secretários das capitais para apresentar a proposta de apoio da instituição na estruturação de parcerias público-privadas (PPPs) no segmento de iluminação pública.

Está prevista para hoje a assinatura de um acordo guarda-chuva para formalizar a cooperação técnica entre BNDES e prefeituras para a formatação de PPPs e concessões nas áreas de iluminação pública e de coleta de resíduos sólidos.

O movimento do banco na direção dos municípios abre uma terceira frente de projetos de desestatização, além dos esforços nas esferas federal e estadual. No âmbito federal, o banco deu prioridade até agora ao setor de energia - além de apoiar a privatização da Celg Distribuição, trabalha para estruturar a venda das seis distribuidoras da Eletrobras. No plano estadual, os esforços estão mais voltados para a área de saneamento.

A expectativa do superintendente da área de desestatização do BNDES, Rodolfo Torres, é de que até o fim do primeiro trimestre deste ano seja possível fechar um balanço das prefeituras interessadas em aderir ao programa no segmento de iluminação pública. Dentro desse cronograma, a modelagem para a contratação

das consultorias encarregadas de desenvolver os estudos de viabilidade das PPPs aconteceria no segundo trimestre.

Os estudos seriam desenvolvidos nos seis meses seguintes e os primeiros leilões - para escolha dos parceiros privados que irão tocar as PPPs - aconteceriam ao fim do primeiro semestre de 2018.

"Estamos focados inicialmente nas capitais, mas nada nos impede de abranger futuramente cidades médias", diz Torres. No caso das parcerias e concessões para coleta de resíduos sólidos, o superintendente do BNDES espera ainda neste semestre abordar os municípios para verificar o interesse dos prefeitos em estruturar parcerias e concessões.

Um dos principais atrativos das PPPs no segmento de iluminação pública é o fato de já existir uma fonte potencial de recursos para os projetos - a Contribuição de Iluminação Pública (Cosip). "É uma fonte que precisa ser adequadamente blindada para garantir que o dinheiro vá para a finalidade a que se destina, que é a iluminação pública", diz Marilene Ramos, diretora de infraestrutura e sustentabilidade do BNDES.

O parque brasileiro de iluminação pública é estimado em 16 milhões de pontos, sendo responsável por cerca de 4% do consumo total de energia no país. O gasto total estimado com energia elétrica para iluminação pública é de R\$ 1,5 bilhão por ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: André Guilherme Vieira e Rafael Moro*

Título: "Temer participou de reunião para nomeações na Petrobras"

Em interrogatório à Justiça Federal de Curitiba realizado ontem, o ex-deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ), disse que o presidente Michel Temer "está equivocado" por afirmar que não participou de uma reunião ocorrida no Planalto, em 2007, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para tratar de nomeações do PT na Petrobras.

"Eu fui comunicado dessa reunião, tanto eu quanto o Fernando Diniz [lobista da Petrobras, já morto], na época, pelo próprio Michel Temer e pelo Henrique Eduardo Alves [então líder do PMDB na Câmara]. E ele esteve nesta reunião junto com [o então ministro de Lula] Walfrido Mares Guia", afirmou Cunha.

Segundo o ex-deputado, as nomeações causaram "desconforto" na bancada do PMDB na Câmara, que se revoltou e ameaçou não aprovar a prorrogação da CPMF.

"Era um desconforto que existia com as nomeações do PT de Graça Foster para a diretoria de Gás [da Petrobras] e de José Eduardo Dutra para presidente da BR Distribuidora (...) houve uma revolta da bancada do PMDB na votação da CPMF e nesse dia eles chamaram o Michel [Temer] e o Henrique Alves para essa reunião e os dois acalmaram a bancada, que acabou votando em seguida a CPMF", declarou.

Cunha fez o esclarecimento quando foi questionado pelo Ministério Público Federal (MPF) sobre o assunto, durante cerca de três horas de interrogatório. Em novembro, a defesa do ex-parlamentar encaminhou à Justiça 41 perguntas destinadas a Temer. Parte dos questionamentos foi indeferida por Moro, que entendeu não haver relação com o contexto do processo. Uma das perguntas foi sobre a participação de Temer no encontro, fato que foi negado pelo presidente, em resposta enviada ao juízo por escrito.

Metade da audiência foi tomada por perguntas feitas pelo juiz federal Sergio Moro. Cunha responde à ação penal pelo suposto recebimento de R\$ 5 milhões em propina que envolveriam a compra, pela Petrobras, de 50% do bloco 4 de um campo petrolífero de Benin, na África, em 2011.

Um dos advogados de Cunha, o especialista em delação premiada Marlus Arns, disse, ao final da audiência, que o ex-deputado afirmou que Temer sabia da existência de uma cota de cargos do PMDB dentro da Petrobras. A Lava-Jato sustenta que a diretoria de Internacional da companhia era um lote político do partido na estatal.

"O atual presidente Michel Temer era à época [dos fatos do processo] presidente do PMDB, e ele foi ventilado inúmeras vezes na audiência de hoje nessa condição. [Cunha não disse] Nada que desabone a conduta do presidente Michel Temer, simplesmente o fato de que o presidente do PMDB à época conhecia como as coisas funcionavam dentro do partido, a divisão que era feita entre as bancadas, como era a escolha dos ministérios que cabiam a cada bancada do PMDB", contou o criminalista.

No final da audiência, Cunha leu carta manuscrita em que afirma ter um aneurisma semelhante ao que provocou a morte da ex-primeira-dama Marisa Letícia da Silva, na semana passada.

A defesa do ex-deputado pediu ao juiz Sergio Moro que o coloque em liberdade. Ele cumpre prisão preventiva no Complexo Médico Penal em Pinhais (PR).

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Opinião****Autor: Marcio Balthazar e Claudia Rabello****Título: Coragem para mudar**

O desempenho econômico brasileiro nos últimos meses apresentou indicadores decepcionantes que apontam para uma das piores recessões da história e aumentam a pressão interna em um ambiente já fragilizado. Segundo previsão da FGV, a esperada recuperação ainda não virá em 2017, quando o índice de crescimento projetado é de 0,6%. A frustração é geral e os números do desemprego tendem a alimentar ainda mais a insatisfação popular.

Agentes econômicos, políticos e a sociedade em geral precisam reconhecer a urgência em fortalecer o Estado de forma a restabelecer a confiança entre investidores privados e reverter expectativas, visando a racionalização econômica e a melhora dos negócios.

Apesar dos abalos recentes, a indústria do petróleo poderá retomar a sua posição como relevante gerador de dinamismo nos negócios para a economia brasileira, decorrente do efeito multiplicador sobre a cadeia de bens e serviços e pelo potencial de disseminação de tecnologia entre fornecedores.

No entanto, há a se considerar que o colapso do preço de petróleo no mercado internacional acarretou forte retração dos investimentos no setor no mundo e os condutores da política setorial no país terão que ter a sabedoria e o desprendimento político para aceitarem um benefício menor no curto prazo em favor de um ganho maior no longo prazo. O Brasil terá que se apresentar mais competitivo na disputa por novos investimentos.

É tempo para se rever as exigências de conteúdo local na exploração e produção de petróleo que são legítimas e esperadas em qualquer país, pela relevância da indústria petrolífera como vetor de desenvolvimento regional. Entretanto, o momento é de calibrar compromissos e contrapartidas.

No Brasil, essas exigências mostraram-se de difícil entendimento e aplicabilidade e, na prática, tornaram-se um complicador a mais na relação entre petroleiras e fornecedores. E a indústria em geral ainda tem que lidar com problemas como impostos excessivos e complexos e severas restrições logísticas.

E a equação é simples: sem competitividade não há atração de investidores e sem investidores não haverá leilões bem-sucedidos.

Para se ganhar o dinamismo mencionado e competitividade no setor, será especialmente oportuno se avaliar a retirada do percentual obrigatório de conteúdo local como fator de oferta nos leilões exploratórios.

A experiência da utilização de percentual de conteúdo local como um dos fatores de definição das ofertas vencedoras nos leilões de concessão da ANP mostrou a inadequação desta metodologia. Além de ter tido impacto quase nulo na definição de ofertas vencedoras nas várias rodadas realizadas até o momento, a regra gerou uma distorção entre promessa e realidade.

No afã de arrematar blocos, as companhias de petróleo ofereceram percentuais de conteúdo local elevados, chegando até mesmo aos 100%. Aparentemente, acreditava-se que os percentuais de conteúdo local assumidos inicialmente poderiam ser renegociados mais adiante. Entretanto a ANP exigiu que o compromisso assumido no leilão fosse respeitado.

Um dos pontos questionáveis do modelo de licitação de concessão é a presunção de que se pode comprometer um percentual de contratação local na etapa de desenvolvimento da produção. Na prática, essa etapa pode ter início em até dez anos após a assinatura do contrato. Nessas condições, a definição do percentual na ocasião do leilão poderá ser considerada um exercício de futurologia.

Esse desajuste entre proposição e realização gerou uma avalanche de pedidos de "waiver" na ANP, além de discussões técnicas, regulatórias e jurídicas, pela alegada inviabilidade do cumprimento dos índices acordados. Claro está que qualquer decisão da agência tem impacto não só no ritmo das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural (E&P) no país, como na percepção do mercado em relação aos futuros leilões.

Os percentuais de conteúdo local não precisam ser fatores determinantes para a oferta nos leilões. Os contratos de partilha para as atividades de E&P no polígono do pré-sal, por exemplo, já trazem os percentuais definidos em contrato, não sendo estes um fator de julgamento das ofertas vencedoras. De forma análoga, esse modelo poderia ser praticado também nos leilões de concessão, regime que permanece vigente para as áreas localizadas fora do polígono.

Pode-se também buscar uma política de incentivo à ampliação dos percentuais contratados através de bonificações em futuros leilões. Seria assim criado uma espécie de efeito multiplicador com vistas à ampliação do interesse nas contratações locais.

Diante do ambiente econômico atual e do importante impacto do conteúdo local na viabilidade econômica de projetos de E&P, urge simplificá-lo visando a

realização dos futuros leilões, através da implantação de uma política mais eficaz e equilibrada, que concilie os interesses de contratados e contratantes.

É fundamental reconhecer os pontos de fragilidade que afetam a competitividade do país de forma a não inibir o interesse dos investidores e repensar a ideia de que as empresas de petróleo possam ser capazes de viabilizar toda a cadeia produtiva do setor industrial a despeito do chamado "custo Brasil".

No momento em que se cogita o retorno aos leilões de novas áreas, é decisiva e oportuna uma correta avaliação sobre os pontos fortes e os problemas da atual política, em especial no que se refere à indústria do petróleo, de forma a tratar política de conteúdo local como instrumento indutor de desenvolvimento, não inibidor.

É fundamental que se persiga um consenso possível entre petroleiras e indústria de base, em favor da retomada de uma nova onda virtuosa e consistente para o setor de óleo e gás no Brasil.

Com 94% das bacias sedimentares ainda inexploradas, o Brasil continua forte candidato a transformar a riqueza do subsolo em efetiva alavanca de desenvolvimento nacional. Precisa-se apenas ousadia e coragem para mudar.

Marcio Balthazar da Silveira é sócio-diretor NatGas Economics.

Claudia Rabello é CEO da Consultoria OGE óleo, gás, energia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor:

Título: Carta do Leitor

Conteúdo local

Esse "racha" que se estabeleceu no governo sobre as regras de conteúdo local para a 14ª rodada de licitações de blocos exploratórios da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), conforme noticiado no Valor de 3 de fevereiro (A3), lembra um Fla x Flu dos velhos tempos.

De um lado estão aqueles que querem mudar tudo, pois enxergam no atual modelo os motivos de um enorme fracasso. Do outro, ainda contaminados por nacionalismos anacrônicos, que produziram desastres bilionários como o caso icônico da Sete Brasil, resistem a qualquer alteração das regras. A verdade está no meio, pois tem de se levar em consideração que haverá muito prejuízo para aqueles que investiram em projetos em andamento, acreditando nas regras

vigentes. Há a necessidade de se separar o joio do trigo, por uma questão de justiça.

Dirceu Luiz Natal - dirluna@gmail.com

VEÍCULO:	Valor Econômico
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Curtas

BP volta ao lucro

A petrolífera BP reverteu o prejuízo de US\$ 3,31 bilhões registrado no quarto trimestre de 2015 para um lucro líquido atribuível aos acionistas controladores de US\$ 497 milhões no mesmo período do ano passado. No acumulado de 2016, o lucro líquido foi de US\$ 115 milhões, também revertendo um prejuízo em 2015, de US\$ 6,48 bilhões. A receita da companhia de outubro a setembro somou US\$ 51,01 bilhões, crescimento de 3,7% frente igual intervalo em 2015; no ano de 2016 como um todo, a receita foi de US\$ 183 bilhões, queda de 17,9% ante o ano anterior. O resultado se deve principalmente pelo melhor desempenho na divisão de exploração e produção, que reverteu prejuízo para lucro ajustado de US\$ 711 milhões no quarto trimestre.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Destaques

Minério volta a subir

Após dois dias de quedas consecutivas, o mercado à vista do minério de ferro voltou a se fortalecer ontem. Os preços da commodity com concentração de 62% subiram 3,3% no porto chinês de Qingdao e atingiram US\$ 83,29 a tonelada, segundo a "Metal Bulletin". Já os contratos futuros do insumo para entrega em maio, negociados na Bolsa de Commodities de Dalian, terminaram cotados em 625 yuans (US\$ 91) por tonelada, alta de 3,1%. Esse é o contrato mais negociado.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Seção:	Empresas
Autor:	Fernanda Pires
Título:	CSN e Vale vão assumir dragagem de Itaguaí

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Vale estão em tratativas finais com o governo para arcar com a dragagem no porto público de Itaguaí (RJ), onde ambas exploram três terminais - dois da CSN e um da Vale, apurou o Valor. As obras de dragagem nos portos públicos são de responsabilidade da Secretaria de Portos, hoje no organograma do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, e realizadas com recursos do orçamento dessa pasta.

Contudo, sem recursos para tocar a obra, o governo federal prepara o que seria a primeira Parceria Público-Privada (PPP) no negócio de dragagem: o setor privado faz a obra e o governo ressarcе as empresas via reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de arrendamento.

A lógica é que as empresas garantem a realização do investimento por sua conta e risco e depois entram com o pedido do reequilíbrio do contrato.

Entre as possibilidades para compensar o investimento estão a extensão de prazo do arrendamento das empresas, o desconto da tarifa portuária cobrada pela administração do porto, ou um abatimento no valor do arrendamento. Um outro mecanismo possível é a empresa ser ressarcida com a antecipação da renovação do prazo do arrendamento, no caso em que isso for possível.

No fim de 2015 a CSN já obteve a prorrogação antecipada do Tecar, o terminal para minério de ferro no porto fluminense, por mais 25 anos - o prazo de exploração agora vai até 2047.

Já o terminal da Vale, cujo arrendamento é do início dos anos 2000, tem validade por 25 anos renováveis uma vez pelo mesmo período. A empresa ainda não solicitou ao governo a renovação antecipada da instalação.

A obra de dragagem está estimada em aproximadamente R\$ 70 milhões, mas só vai entrar de fato na conta o que o governo autorizar.

O serviço prevê o restabelecimento da navegabilidade do navio-tipo que transporta minério de ferro, recompondo o que se perdeu por falta de manutenção. As profundidades variam dependendo do trecho do porto. A dragagem ocorrerá em trechos do canal de navegação do porto e no acesso aos terminais de minério.

Na visão do governo, essa é uma das modalidades que a iniciativa privada tem para executar obras de dragagem a cargo do poder público. As próprias empresas que têm terminais no porto de Itaguaí se uniram e propuseram ao governo a saída.

Como são poucos terminais localizados no porto de Itaguaí, foi mais fácil encaminhar o processo para permitir ao setor privado tocar o empreendimento. A conclusão dessas tratativas deve ocorrer ainda neste trimestre, para então os serviços serem feitos. A empresa que fará a dragagem ainda não foi contratada.

A intenção do governo federal é replicar essa modelagem de parceria nos portos que tenham características parecidas com Itaguaí. Mas Brasília está estudando outras possibilidades que podem ser usadas para que a iniciativa privada assuma o serviço.

A ideia é, ao transferir para o setor privado, tornar a contratação menos burocrática, pois o governo não raro enfrenta judicializações que emperram a realização do serviço. Durante seu governo, a ex-presidente Dilma Rousseff fez consultas públicas para conceder a gestão dos canais de navegação, mas a proposta não vingou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Juliana Schincariol

Título: CVM absolve União em caso envolvendo Petrobras

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) absolveu a União Federal, na qualidade de acionista da Petrobras, em julgamento que analisou o contrato entre a petroleira e a Amazonas Distribuidora de Energia, com anuência da Eletrobras. Em decisão unânime ontem, o colegiado entendeu que não houve ingerência da controladora da Petrobras no caso, e que a conduta dos administradores da petroleira à época poderia ter sido questionada no caso, o que não aconteceu.

A acusação da Superintendência de Relações com Empresas (SEP) responsabilizou a União Federal, ao impor custos de subsidiar a geração de energia elétrica, por meio da omissão diante da reiterada inadimplência da Amazonas Energia e da posterior "novação" - quando uma nova obrigação substitui uma anterior - da dívida resultante dessa inadimplência, em termos desvantajosos para a companhia. Em dezembro de 2014, a subsidiária da Eletrobras reconheceu dever R\$ 3,26 bilhões à estatal petroleira e comprometeu-se em liquidar o valor em 120 prestações mensais e consecutivas atualizadas pela Selic.

"A conduta dos administradores a quem cumpre observar os deveres fiduciários poderia ter sido questionada especialmente em face do longo período de inadimplência por parte da Amazonas Energia", disse em seu voto o presidente da autarquia, Leonardo Pereira. Segundo ele, uma eventual infração dependeria de uma análise da conduta dos administradores - em que medida e como sua atuação poderia ter sido influenciada pela União. "Entretanto esta análise não

compõe o escopo deste processo sancionador", afirmou. Sobre as taxas negociadas no caso, Pereira disse que é possível a discussão sobre os juros adotados em renegociação de dívidas e a taxa de atualização de valores envolvidos.

O acordo com a Amazonas Energia também previa uma garantia prestada pela União, o que não aconteceu. Para substituir este instrumento, a Petrobras e a Amazonas Energia fizeram um "contrato de penhor em garantia" no total R\$ 2,1 bilhões decorrentes dos chamados "contratos de confissão de dívida" atrelados à conta de desenvolvimento energético (CDE) e penhorados a favor da Petrobras.

"Os elementos do autos não permitem concluir que a União tenha orientado a Petrobras em seu exclusivo interesse", afirmou o diretor do caso Henrique Machado. Sorteado como relator do caso após o fim do mandato de Roberto Tadeu, em 31 de dezembro, Machado avaliou que a Petrobras atuou apenas no momento da negociação da garantia no caso, e, não podendo exercê-la por não atender requisitos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, optou pelo instrumento de penhora. Ele acrescentou, ainda, que a União se manifestou apenas quando instada pela administração da estatal. Para Pereira, o cenário possivelmente seria outro diante de indícios mais robustos como documentos, atas, emails, ou mesmo relato de envolvidos.

Atualmente, há mais três processos sancionadores - com acusação já formulada - envolvendo a Petrobras na autarquia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho

Título: Statoil foca no campo Peregrino

Nova operadora da área de Carcará, na Bacia de Santos, a Statoil sinalizou que, após concluir a aquisição do ativo junto à Petrobras, no ano passado, por US\$ 2,5 bilhões, ainda precisará de ao menos seis anos para desenvolver o campo. A norueguesa informou ontem que os dois projetos operados pela empresa no pré-sal - Pão de Açúcar e Carcará - só devem começar a produzir a partir de 2023 e que o foco da companhia no Brasil, hoje, é iniciar a segunda fase de produção de Peregrino, na Bacia de Campos, em 2020.

Durante apresentação para investidores, o presidente mundial da Statoil, Eldar Sætre, disse que Peregrino II faz parte da nova geração de portfólio da companhia, que tem como principal marca a rentabilidade da produção. A meta, segundo ele, é que os novos campos da companhia tenham um "breakeven"

(preço de equilíbrio para viabilizar economicamente um projeto) de US\$ 27 o barril e sejam capazes de gerar um fluxo de caixa crescente.

"É uma transformação verdadeira e radical", disse o executivo, ontem, a investidores.

O diretor financeiro da Statoil, Hans Hegge, destacou que o breakeven de Peregrino II já foi reduzido em 30%, para US\$ 45 o barril, mas que o desafio da empresa é "tornar todos os projetos ainda melhores". O projeto é voltado para o alongamento da vida útil do campo até 2040.

Para este ano, a Statoil prevê investir US\$ 11 bilhões. A expectativa da empresa é que cerca de 55% dos investimentos no biênio 2017-2018 sejam destinados à costa norueguesa. Em exploração, a meta é investir US\$ 1,5 bilhão, na perfuração de cerca de 30 poços, incluindo a campanha no Espírito Santo.

Peregrino é, hoje, o único ativo operacional da Statoil no Brasil. A companhia norueguesa, contudo, opera outras duas concessões com descobertas importantes no pré-sal: os blocos BM-C-33 (Pão de Açúcar), na Bacia de Campos, e o BM-S-8 (Carcará), na Bacia de Santos.

Com grandes volumes de gás natural, as duas áreas vão exigir vultuosos investimentos em infraestrutura de gasodutos. Na ocasião da venda da fatia de 66% da Petrobras em Carcará, para a Statoil, o presidente da estatal brasileira, Pedro Parente, disse que o desenvolvimento do ativo exigiria investimentos da ordem de US\$ 12 bilhões a US\$ 13 bilhões.

A petroleira norueguesa estima que Carcará tenha volumes recuperáveis de 700 milhões a 1,3 bilhão de barris de óleo equivalente (BOE) de óleo e gás.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Neil Hume

Título: Balanço da Rio Tinto deve mostrar retomada das mineradoras

A grande virada na sorte da indústria de mineração vai ficar em mais evidência nesta semana quando a Rio Tinto anunciar seus resultados, que devem mostrar forte geração de caixa e uma redução substancial no endividamento líquido.

A recuperação dos preços das commodities em 2016 pôs fim a um declínio de vários anos no setor e agora as maiores mineradoras do mundo gozam das condições mais favoráveis em anos.

Cortes de custos reforçaram os balanços patrimoniais de muitos grupos mineradores e 2017 poderia ser um ano recorde em termos de retorno para os investidores, desde que as empresas do setor se atenham à disciplina recém-adotada de buscar a elevação dos lucros em vez procurar a conquista de maior participação de mercado.

"Vai ser crucial para as companhias de mineração alimentar a confiança dos investidores, uma vez que o mercado vem buscando uma confirmação de que elas vão manter a disciplina de capital, manter baixos os gastos em bens de capital e devolver o excesso de caixa para os acionistas", disseram analistas do Citigroup.

Os preços das ações do setor de mineração decolaram em 2016. As ações da Anglo American subiram quase 300%, enquanto as da Glencore avançaram 200% e as da Rio Tinto, 60%.

A valorização manteve o mesmo ritmo neste ano e o segmento é um dos que apresentam melhor desempenho nos mercados acionários da Europa.

Um teste sobre as perspectivas do setor poderá ser visto hoje, quando a Rio Tinto, uma das mineradoras menos endividadas, divulgar seus resultados anuais.

Analistas preveem que a companhia anglo-australiana tenha encerrado 2016 com um endividamento líquido próximo a US\$ 11 bilhões, em comparação aos US\$ 13,8 bilhões observados um ano antes, o que deixaria a mineradora em boa posição para aumentar os dividendos ou até lançar um programa de recompra de ações.

"A chave para a Rio vai ser conseguir o equilíbrio certo entre seu nível de alavancagem e os retornos aos investidores", diz George Cheveley, gestor de carteiras de investimento na Investec Asset Management, uma administradora de recursos que é acionista da Rio Tinto.

Caso a Rio Tinto retenha demasiado caixa, isso poderia inquietar os investidores, que desejam ver as principais mineradoras mostrarem que abandonaram seu antigo interesse em aquisições ambiciosas de operações de outras empresas e em grandes projetos de expansão.

Assim como várias outras mineradoras, a Rio Tinto promoveu algumas aquisições problemáticas durante os anos de alta das cotações das commodities. Entre várias, a que mais chama a atenção foi a compra da Alcan em 2007, por US\$ 39 bilhões.

Em 2016, a Rio Tinto desistiu de sua política tradicional de sempre manter ou elevar a distribuição de dividendos. Espera-se que mineradora anuncie

dividendos anuais de pelo menos US\$ 1,10 por ação relativos a 2016, pouco mais da metade do pagamento de US\$ 2,15 distribuído em 2015.

A partir daí, a Rio Tinto deverá adotar uma política mais flexível de dividendos, distribuindo entre 40% e 60% do lucro básico, que exclui itens extraordinários e variações cambiais.

A empresa tem como meta alcançar uma taxa de alavancagem (o endividamento líquido em relação ao capital social) entre 20% e 30%, mas pode decidir operar com um nível ainda mais baixo, dadas as incertezas criadas após a decisão britânica de sair da União Europeia e a eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: BBCE prevê dobrar movimentação de contratos financeiros em 2017

A BBCE, plataforma eletrônica de leilão contínuo para comercialização de energia, administrada por 18 comercializadoras, prevê movimentar R\$ 500 milhões em contratos de energia neste ano. O valor é mais que o dobro do total movimentado no ano passado, de R\$ 240 milhões.

Para este ano, a companhia também estima um aumento de cerca de 45% do volume de energia negociado na plataforma, totalizando cerca de 4.500 megawatts (MW). Somente em janeiro, já foram transacionados 400 MW.

Segundo o presidente da BBCE, Victor Kodja, a empresa, que completa cinco anos de operação em 2017, planeja diversificar e ampliar a atuação. "Nossa ideia é ter uma plataforma multiprodutos".

Entre os objetivos para este ano estão a comercialização de contratos financeiros de energia, de gás natural e de certificados de energias renováveis. A negociação de contratos financeiros envolve transações puramente financeiras do tipo "non deliverable forward" (NDF) - contrato a termo de moeda sem entrega física -, tido como o primeiro passo para a criação de uma bolsa de energia no futuro.

Com relação à comercialização eletrônica de contratos de gás, a medida está em linha com o plano "Gás para Crescer", do Ministério de Minas e Energia, que busca ajustar o marco regulatório da indústria de gás à abertura do mercado.

Sobre a comercialização de certificados de energias renováveis (REC, na sigla em inglês) - documento que garante ao comprador um atestado de aquisição de

energia de fonte renovável (eólicas, biomassa, hidrelétrica, etc), mesmo que ele utilize energia proveniente de um mix entre fontes renováveis e de combustíveis fósseis -, a BBCE pretende negociar os RECs em parceria com o Instituto Totum, emitente brasileiro dos certificados. Segundo o Totum, em 2016, foram transacionados 107,5 mil RECs no país. Até o fim deste ano, o mercado deve acumular a movimentação de 1 milhão de RECs.

Segundo Kodja, a BBCE também deve lançar neste semestre um novo aplicativo para celular. A ideia é aperfeiçoar o modelo atual, que permite a visualização dos preços dos contratos de energia, para uma versão que permita o usuário fazer transações pelo celular.

Para o segundo semestre, a BBCE também pretende atuar como fornecedora de plataforma eletrônica para realização de leilões específicos de compra e venda de contratos de energia de médio e longo prazo para empresas.

MME / ASCOM .